

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Cultura e Turismo****Assessoria Estratégica****Nota Técnica nº 6/SECULT/ESTRATEGIA/2019****PROCESSO Nº 1270.01.0000166/2019-03**

Assunto: Pedido de RECURSO/RECONSIDERAÇÃO do pedido de IMPUGNAÇÃO – Edital SECULT Nº 01/2019

REF.: Edital SECULT Nº 01/2019

Prezado Sr. Secretário de Estado de Cultura e Turismo – SECULT;

Prezado Sr. Assessor Jurídico Chefe – SECULT;

Tendo em vista o item “5.5” do Edital SECULT nº 01/2019, a saber: “Até o prazo máximo de 3 (três) dias úteis antes do término do prazo para publicidade do Edital, os interessados poderão encaminhar pedidos de esclarecimentos ou de impugnação”;

Tendo em vista o PEDIDO DE RECURSO/ RECONSIDERAÇÃO referente ao PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO apresentado à esta Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pelo INSTITUTO CULTURAL FILARMÔNICA, por meio do e-mail enviado no dia 23/09/2019 para o endereço: os@cultura.mg.gov.br.

Vimos considerar:

Em princípio, destaca-se que o PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO, fato gerador, foi apresentado à esta Secretaria de Estado de Cultura e Turismo pelo INSTITUTO CULTURAL FILARMÔNICA, em 13/09/2019, tendo sido devidamente apreciado no âmbito dessa assessoria técnica, por meio da Nota Técnica nº 3/SECULT/ESTRATEGIA/2019, tendo a Assessoria Jurídica também se manifestado por meio da Nota Jurídica Nº 65/2019.

Dito isto, esta assessoria esclarece que não vislumbra possibilidade de acrescentar nenhum argumento modificativo ou fato novo aos já apresentados na referida Nota Técnica e acredita estarem esgotados os fundamentos e explicações relativos aos questionamentos referentes a regra de desclassificação nos casos em que as proponentes prevejam valores superiores ao limite máximo estabelecido no Edital para os gastos de pessoal, bem como aos critérios de “Adequação do valor destinado para o dimensionamento de Recursos Humanos” e “Proporção da previsão de salários inserida pela proponente”, definidos no “ANEXO II – CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS” do Edital.

Deste modo, solicitamos manifestação desta Assessoria Jurídica acerca dos fundamentos apresentados no citado PEDIDO DE RECURSO/RECONSIDERAÇÃO referente ao PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO apresentado à esta Secretaria no âmbito do Edital SECULT Nº 01/2019, em especial atenção os apontamentos jurídicos/legais referentes as infrações às legislações trabalhista e de Organizações Sociais. Destaca-se, ainda, a necessidade de análise acerca da legislação referenciada como fundamento do pedido, a

saber: Lei Estadual 14.184/02. Entendemos não ser da competência desta assessoria manifestar-se em relação as questões jurídico-legais. Por fim, acreditamos que as referidas questões extrapolam os limites do Edital SECULT Nº 01/2019.

Cordialmente,



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Carvalho de Avellar, Servidora**, em 26/09/2019, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7845796** e o código CRC **5B1CEC83**.